

Coleção Fórum
DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NATÁLIA FURTADO MAIA

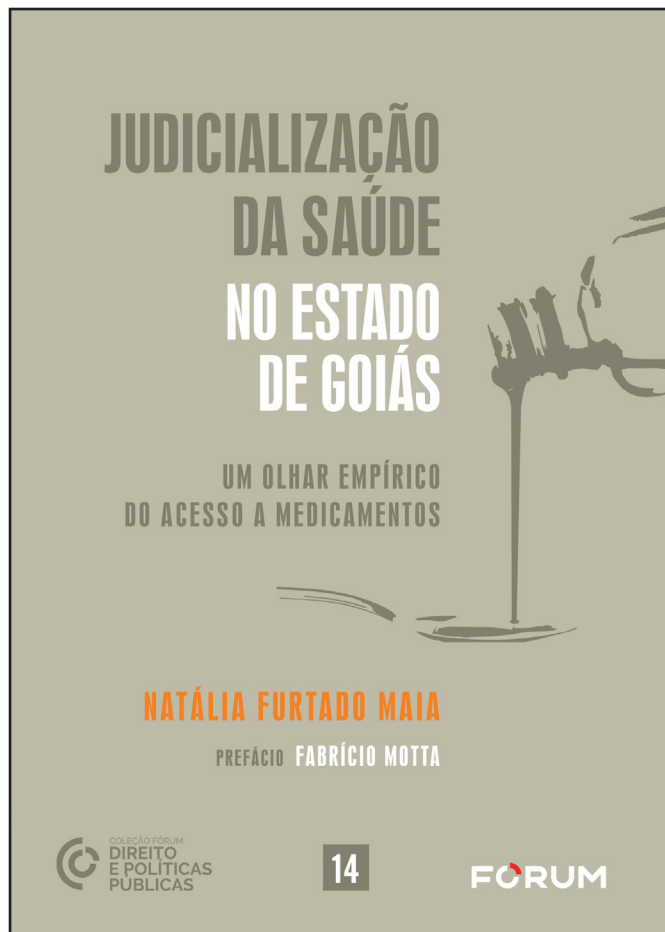
Prefácio

Fabrizio Motta

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DE GOIÁS

Um olhar empírico do acesso a
medicamentos

14



O presente trabalho imerge nas complexidades da judicialização da saúde em Goiás, oferecendo uma visão abrangente e sensível sobre a dinâmica entre o Direito e a saúde pública, com um foco especial no acesso a medicamentos. Centrando-se nas decisões judiciais liminares entre 2017 e 2022 que influenciam as políticas de saúde relacionadas a medicamentos, a pesquisa destaca a urgente necessidade de reflexão mais aprofundada nas circunstâncias individuais por trás das determinações judiciais que afetam a alocação de recursos públicos. As descobertas revelam um panorama no qual frequentemente os julgados se desviam de bases técnicas e das políticas de saúde estabelecidas, apontando para a necessidade de um processo decisório mais informado e alinhado com as demandas públicas. Este estudo não só contextualiza a judicialização da saúde em Goiás, mas também incentiva um diálogo entre acadêmicos, o sistema de justiça e a Administração Pública, sendo uma leitura importante para quem se interessa pela interação entre Direito e políticas públicas.

Área específica da obra

Direito à Saúde.

Áreas afins do livro

Direito Administrativo; Direito Público

Palavras-chave

Judicialização da Saúde; Decisões judiciais;
Políticas públicas
Acesso a Medicamentos; Sistema Único de
Saúde; Ciclo de Políticas Públicas
Cobertura Universal da Saúde; Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável; Deferência
judicial

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3396

M217j Maia, Natália Furtado

Judicialização da saúde no estado de Goiás: um olhar empírico do acesso a medicamentos / Natália Furtado Maia. Belo Horizonte: Fórum, 2024. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, 14).

185 p. 14,5x21,5cm

(Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, 14)

ISBN impresso 978-65-5518-740-3

ISBN digital 978-65-5518-757-1

1. Judicialização da saúde. 2. Decisões judiciais. 3. Políticas públicas. 4. Acesso a medicamentos. 5. Sistema Único de Saúde (SUS). 6. Ciclo de políticas públicas. 7. Cobertura universal da saúde. 8. Objetivos de desenvolvimento sustentável. 9. Deferência judicial. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAIA, Natália Furtado. *Judicialização da saúde no estado de Goiás: um olhar empírico do acesso a medicamentos*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 185 p. ISBN 978-65-5518-740-3. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, 14).

Natália Furtado Maia

Formada em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás. Procuradora do Estado de Goiás desde 2014, com experiência em judicialização da saúde suplementar de 2019 a 2023 e em judicialização da saúde pública a partir de 2023. Membro ativo do Comitê Executivo de Saúde desde 2019. Conselheira Fiscal do Ipasgo desde 2023, dedica-se à intersecção entre Direito e políticas de saúde.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	
Maria Paula Dallari Bucci	23
PREFÁCIO	
Prof. Dr. Fabrício Motta	25
1 INTRODUÇÃO	27
2 A COBERTURA UNIVERSAL DE SAÚDE E A NECESSIDADE DE SE FAZER ESCOLHAS	33
2.1 Quando iniquidades em saúde são toleráveis	35
2.2 Cobertura Universal de Saúde: o que e por quê	37
2.3 Pedras no caminho da cobertura universal	41
2.4 A situação brasileira.....	42
2.5 Decisões em Saúde e <i>Accountability for Reasonableness</i>	46
3 SATISFAZENDO O DIREITO À SAÚDE: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PODER JUDICIÁRIO.....	51
3.1 O ciclo de políticas públicas.....	51
3.2 Os elementos de uma política pública segundo Bucci.....	60
3.3 Compreendendo as políticas de saúde no Brasil: o panorama normativo	63
3.4 Decisões estatais sobre cobertura de saúde: o que cabe ao SUS financiar?	68
3.5 Como a judicialização da saúde se insere nesse ciclo	74
4 COBERTURA UNIVERSAL DE SAÚDE E PODER JUDICIÁRIO: INCONSISTÊNCIAS NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE BRASILEIRA E SEUS PRODUTOS	79
4.1 Comprometimento orçamentário	80
4.1.1 Emprego de gastos no estado de Goiás.....	84
4.2 Critérios adotados pelo Poder Judiciário podem levar a decisões ineficientes.....	89
4.3 Judicialização como ferramenta dos mais privilegiados.....	96
4.4 Fraudes e distorções.....	99
4.4.1 O problema da fidelização entre médicos, indústria e associações de doentes	100
4.4.1.1 O caso das insulinas análogas	101
4.4.1.2 O caso Roche e Novartis.....	104
4.4.1.3 O caso Soliris® (eculizumabe).....	106
4.4.2 Medicamentos de imitação e a questão da precificação	110
4.5 Medicina sem evidências	113
4.6 Conflito de interesses.....	118
5 CRITÉRIOS PARA IMPOR A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: COMO DECIDEM OS JUÍZES?	123
5.1 Questões orientadoras e hipóteses	123
5.2 Descrição da amostra e percurso metodológico	125
5.3 Formulário de pesquisa.....	128
5.3.1 Primeira indagação	128
5.3.2 Segunda indagação	129
5.3.3 Terceira indagação.....	132
5.4 Achados da pesquisa	133
5.4.1 Decisões são majoritariamente tomadas sem informação técnica que não a produzida pelo demandante	134
5.4.2 Pouca utilização de argumentos de cunho técnico ou denotadores de diálogo com a política pública	140
5.4.3 O sistema de ATS desenhado pelo legislador é desconsiderado nas decisões.....	150
5.4.4 Sobre os processos em que prolatadas as decisões: outras inferências	154
6 Considerações finais	158

REFERÊNCIAS.....	163
APÊNDICE A - DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES DE PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO	177
APÊNDICE B – FORMULÁRIO	181